

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.166 - RO (2019/0345685-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SÃO PAULO**
ADVOGADO : **LUCAS MELLO RODRIGUES - RO006528**
RECORRIDO : **MARILVA PINOW**
ADVOGADOS : **CORINA FERNANDES PEREIRA - RO002074**
 JOSE FERNANDES PEREIRA JUNIOR - RO006615

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SÃO PAULO**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fl.100, e-STJ):

Apelação Cível. Ação de consignação em pagamento. Despesas condominiais. Injusta recusa do réu em receber os valores em aberto. Pretensão de inclusão dos honorários previstos na Convenção de Condomínio no valor do débito pela cobrança extrajudicial realizada. Inadmissibilidade.

A cobrança extrajudicial, ainda que feita por advogado, não autoriza a exigência de honorários previstos na Convenção de Condomínio, sendo estes devidos somente após a instauração de procedimento judicial e fixação pelo juiz, com a observância dos critérios do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 113/121, e-STJ), o insurgente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 489, § 1º, IV, do CPC/15; 389 e 395, do CC. Sustenta, em suma: **i)** deficiência de fundamentação, já que deixou, o acórdão recorrido, de enfrentar argumentos capazes de infirmar a decisão objurgada; e **ii)** a possibilidade de cobrança de honorários advocatícios, previstos na convenção de condomínio, decorrentes de cobrança extrajudicial de taxa condominial, já que consectários lógicos decorrentes da mora, conforme previsão legal dos supracitados artigos do CC.

Sem contrarrazões (fl. 128, e-STJ).

Admitido o recurso especial na origem (fls. 129/130, e-STJ), ascenderam os autos a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar, em parte.

1. Quanto à apontada afronta ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC/15, sem razão o recorrente, na medida em que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE REPETITIVO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1192304/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

2. Quanto ao mérito, verifica-se que melhor sorte assiste à parte insurgente. Isso porque a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não ser abusiva a exigência de honorários advocatícios extrajudiciais a serem suportados pelo devedor em mora na hipótese de cobrança extrajudicial, pois encontram previsão expressa nos aludidos artigos 389 e 395, do CC. No caso sob análise, a previsão consta, também, da convenção de condomínio.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). EMBARGOS À EXECUÇÃO. **DESPESAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS. PACTUAÇÃO. LEGALIDADE.** PRECEDENTES ESPECÍFICOS DESTA CORTE. 1. **Segundo a orientação jurisprudencial das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, é válida a cláusula contratual que prevê o pagamento das despesas decorrentes da cobrança extrajudicial da obrigação, suportadas pelo credor.** 2. A previsão contratual de honorários advocatícios em caso de inadimplemento da obrigação decorre diretamente do art. 389 do CC, não guardando qualquer relação com os honorários de sucumbência. 3. Conclusões do acórdão recorrido no mesmo sentido da orientação desta Corte. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1377564/AL, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017) [grifou-se]

RECURSOS ESPECIAIS. CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. I - RECURSO DO BANCO PROMOVIDO: CONTRATO BANCÁRIO. LEASING. **INCIDÊNCIA**

DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CASO DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL. ÔNUS DECORRENTE DA MORA. RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR. LEGALIDADE (CC/2002, ARTS. 389, 395 E 404). CONTRATO DE ADESÃO (CDC, ART. 51, XII). EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. II - RECURSO DO PROMOVENTE: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Inexiste abuso na exigência, pelo credor, de honorários advocatícios extrajudiciais a serem suportados pelo devedor em mora em caso de cobrança extrajudicial, pois, além de não causar prejuízo indevido para o devedor em atraso, tem previsão expressa nas normas dos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002 (antes, respectivamente, nos arts. 1.056, 956 e 1.061 do CC/1916). 2. Nas relações de consumo, havendo expressa previsão contratual, ainda que em contrato de adesão, não se tem por abusiva a cobrança de honorários advocatícios extrajudiciais em caso de mora ou inadimplemento do consumidor. Igual direito é assegurado ao consumidor, em decorrência de imposição legal, nos termos do art. 51, XII, do CDC, independentemente de previsão contratual. 3. Recurso especial da instituição financeira provido, prejudicado o recurso do Ministério Público. (REsp 1002445/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 14/12/2015) [grifou-se]

O Tribunal de origem, por sua vez, entendeu que a cobrança extrajudicial, ainda que feita por advogado, não viabiliza a exigência de honorários advocatícios, sendo necessário, para tanto, a instauração de procedimento judicial e fixação pelo juiz (fl. 97, e-STJ):

O apelante sustenta a legalidade do débito no valor de R\$ 520,60 (quinhentos e reais e sessenta centavos) referente aos honorários devidos ao escritório de advocacia contratado para o serviço de cobrança extrajudicial dos condôminos inadimplentes.

Todavia, é pacífico o entendimento de que a cobrança extrajudicial, ainda que feita por advogado, não autoriza a exigência de honorários de advogado, sendo estes devidos somente após a instauração de procedimento judicial e fixação pelo juiz, com a observância dos critérios do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Dessa forma, verifica-se que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido destoa da jurisprudência desta Corte Superior, tornando imperioso o provimento do recurso especial a fim de viabilizar a cobrança dos honorários advocatícios extrajudiciais nos termos e percentuais previstos na convenção de condomínio.

3. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c a Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de reformar o acórdão recorrido para viabilizar a cobrança dos honorários advocatícios extrajudiciais nos termos da fundamentação supra.

Ante a ínfima modificação do julgado, mantém-se a sucumbência tal como fixado

Superior Tribunal de Justiça

na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator